

VIDA COTIDIANA NA PERIFERIA DE LONDRINA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E REDES DE SOCIABILIDADE *

*Ana Cristina Silva Santos***

Resumo: O presente artigo refere-se à uma pesquisa sobre a estruturação de redes de sociabilidade entre moradores de periferia da cidade de Londrina – PR. A intenção é a de enfatizar como as dimensões sociabilidade e cotidiano emergem como categorias sociológicas importantes nos estudos sobre periferia.

Palavras-chave: cotidiano; sociabilidade; periferia.

INTRODUÇÃO

Análises sobre a vida cotidiana têm atualmente despertado interesse entre diversos estudiosos não só das áreas de Sociologia e Antropologia, como também de História e Filosofia.

Como exemplo, tem-se a corrente conhecida como “Nova História”, a qual aponta para a necessidade de dirigir os estudos para o homem comum e seu contexto, dando espaço para a história do cotidiano e das mentalidades. Essa corrente enfatiza a vida privada, ou seja, os usos e costumes dos povos numa perspectiva da rotina diária. Na Filosofia e Sociologia verificamos, entre outras, as análises de György Lukács, Henri Lefebvre e Ágnes Heller, enfatizando a importância de estudos sobre a vida cotidiana com a finalidade de compreender a reprodução da vida social.¹

* Este artigo refere-se à elaboração de minha dissertação de Mestrado. É explicitada a delimitação do tema, bem como parte da opção teórico-metodológica. No entanto, os resultados são parciais, uma vez que a pesquisa se encontra em curso (com previsão para término em julho de 2003).

** professora de Sociologia da UFMT. Mestranda em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Londrina - e-mail: ana_londrina@yahoo.com.br

¹ Cabe ressaltar que na Literatura escritos como os de Joyce, Balzac, Flaubert, por exemplo, já se voltam para a facetas da cotidianidade (Lefebvre, 1972). Há, também, entre outros contemporâneos, os escritos de Italo Calvino, para quem “A grande literatura desautomatiza a visão das coisas cotidianas” (Calvino, 2000, contracapa).

Na Sociologia, análises da vida cotidiana,² muitas vezes, acabam por estabelecer fronteiras tênues com a Antropologia, ao realizar um trabalho etnográfico privilegiando grupos de pequena escala transitando tanto entre as circunstâncias mais específicas e particulares quanto entre as mais gerais da reprodução da vida social. São estudos que, também, privilegiam os espaços intersticiais e as redes de relações sociais, tornando-se, portanto, preciosas pistas para um entendimento de como grupos sociais se organizam valendo-se da vivência do dia-a-dia.

Segundo Martins (1997, 1998),³ essas análises sociológicas sobre a vida cotidiana se voltam para um fenômeno muito recente, a cotidianidade, pois

(...) o aparecimento da cotidianidade é a transformação da realidade social numa realidade de manipulação, de escamoteamento, de alienação moderna, alienação levada ao extremo de suas possibilidades de mistificação da vida. (Martins, 1997, p. 158)

A fim de compreender esse fenômeno e, também, como os indivíduos buscam formas para transformá-lo, surgem estudos interessados na compreensão do senso comum, isto é, sobre aquele conhecimento compartilhado por muitos indivíduos que, no dia-a-dia, através de suas práticas sociais, buscam a renovação da sociedade.

Análises da vida cotidiana na contemporaneidade surgem, portanto, como formas de interpretar o mundo moderno sob nova ótica, diversa daquela que privilegia somente as questões estruturais ou institucionais, pois a construção das relações sociais pode e deve também ser verificada a partir do conhecimento do dia-a-dia (Martins, 1997) e em grupos menores. Se existem limitações relativas ao estudo de alguns aspectos da estrutura social no âmbito de uma pequena escala desta estrutura, há também vantagens, tendo em vista que

(...) o uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. (Elias, 2000, p. 20)

No presente artigo, o interesse se volta para aqueles que vivem nas periferias das cidades, mais especificamente no bairro Jardim União da Vitória, localizado

² Entre estudos sobre cotidiano no âmbito da Sociologia temos duas correntes principais, a fenomenológica e a vertente marxista. No interior da primeira corrente, há subdivisões, como é possível perceber ao se deparar com o presentismo formista de Michel Maffesoli; Alfred Schutz, um dos teóricos que influencia diretamente Peter Berger e Thomas Luckmann, estes que elaboram a chamada sociologia do conhecimento; o interacionismo simbólico de Erving Goffman e a etnometodologia, tendo como principal representante Harold Garfinkel, entre outros estudiosos do tema. Enquanto que na tradição marxista temos uma vertente crítica com György Lukács que, por sua vez, influencia Ágnes Heller, e Henri Lefebvre (Martins, 1998; Tedesco, 1999).

³ A exemplo, sobretudo, de Henri Lefebvre.

na zona sul da cidade de Londrina – Norte do Paraná, em uma das áreas mais afastadas da região sul do município e considerado um dos bairros mais populosos, violentos e pobres da cidade. Esse bairro foi formado há dezessete anos, a partir de uma invasão de alguns moradores de favelas da própria cidade e trabalhadores rurais que perderam seus empregos na região. Em poucos anos a população do bairro aumentou, atingindo, atualmente, cerca de 15 mil habitantes que ocupam uma área de 45 alqueires, boa parte já regularizada pela Prefeitura Municipal.

A história da formação do Jardim União da Vitória é marcada por inúmeras dificuldades enfrentadas por famílias inteiras, que para ali se deslocaram com a crença de que conseguiriam um lugar para se fixarem e terem uma nova vida. A ênfase desta pesquisa é sobre o sistema de relações existentes no bairro. Um dos problemas consiste em verificar como os diferentes grupos se organizam e montam estratégias de sobrevivência para atenderem suas necessidades materiais básicas e imediatas (moradia, alimentação e roupas), tendo em vista, especificamente, o cotidiano no bairro, porém não desvinculado da dinâmica mais ampla da sociedade.

Pensamos que esses grupos, ao se organizarem, estruturam um tipo específico de sociabilidade, baseada na solidariedade e ajuda mútua, sobretudo entre parentes e vizinhos. No entanto, pensamos que se trata de uma sociabilidade que não se remete somente à satisfação das carências materiais mais imediatas, mas está relacionada também ao processo de reprodução das desigualdades sociais impostas pelo próprio modo de produção capitalista.

Nesse sentido, pretendo compreender como esses moradores do Jardim União da Vitória (que não constituem, de forma alguma, uma população homogênea) entendem essas questões. Como explicam seus destinos sociais? Quais são suas prioridades no dia-a-dia e quais suas expectativas em relação ao futuro?

Como primeira hipótese, considero a princípio que esses indivíduos concebem as condições materiais sob as quais vivem e as estratégias que são obrigados a elaborar constantemente, como sendo naturais, ou seja, seus destinos sociais seriam, em geral, explicados pela fatalidade ou pelo acaso (é importante ressaltar que as dimensões espacial e temporal são fundamentais nesta discussão). Partimos do pressuposto que isso ocorre justamente porque tais grupos se encontram inseridos numa cotidianidade que recobre a realidade de sua existência social. Segundo Kosik (1976), essa cotidianidade se manifesta como “mundo da familiaridade” (p. 69).

Por isso, a necessidade de se considerar as diversas interpretações acerca do cotidiano dos moradores da localidade para entender como ocorre esse processo de alheamento. Dizendo de outra forma, torna-se fundamental apreender as representações que os indivíduos têm sobre as suas próprias condições materiais de vida, uma vez que tanto as estruturas econômicas quanto as sociais são portadoras de uma realidade objetiva e subjetiva, incorporada pelos indivíduos, que transcende os agentes sociais e acaba proporcionando visibilidade e concretude à vida social (Brioschi & Trigo, 1989).

COTIDIANO E SOCIABILIDADE COMO CATEGORIAS ANALÍTICAS EM ESTUDOS SOBRE PERIFERIA

No presente, vida cotidiana, sociabilidade e periferia emergem como dimensões interdependentes e indissociáveis, entendendo-se que periferia não é somente uma referência geográfica, ou seja, um lugar distante do centro da cidade, mas também um lugar onde há precariedade de recursos e, portanto, onde reside a população mais pobre – entenda-se precariedade a deficiência no transporte, nos serviços públicos e na infra-estrutura. Geralmente são lugares de difícil acesso, por se situarem em áreas insalubres ou de topografia desfavorável (Caldeira, 1984). Para Nestor Razente (1982), a origem do espaço periférico no Brasil reside “(...) na lógica social maior subjacente ao desenvolvimento capitalista brasileiro onde, a exigência de aglomeração da força de trabalho, impôs novos padrões de produção e ocupação do espaço localizado nas franjas da cidade” (Razente, 1982, p. 278).

As periferias são lugares “inóspitos e miseráveis” (Razente, 1982), onde se verifica, de forma muito clara, a segregação social e espacial, apesar de existirem populações pobres em muitos outros lugares. Mas é na periferia que se concentram indivíduos que transformam o local onde moram em expressão mais clara de seu modo de vida. É por isso que a periferia é tomada, neste artigo, como um espaço onde também são construídos significados e estruturada uma sociabilidade, através de um cotidiano compartilhado.

Realmente existe uma enorme diversidade – quanto à inserção no mercado de trabalho -, entre a população residente em periferias composta, geralmente, por pequenos comerciantes, operários, autônomos, empregadas domésticas, pequenos funcionários públicos, enfim, grupos profissionais ligados a funções de pouco prestígio e baixa remuneração, além daqueles que se encontram desempregados. Apesar dessa diversidade, esses indivíduos vivenciam uma maneira específica de ser e viver, através da qual constroem uma visão mais ampla da sociedade.⁴ Dessa maneira, supõe-se que exista uma identificação de valores, hábitos, gostos e aspirações. Ou seja, um estilo de vida e uma sociabilidade próprios, com uma determinada rotina e um cotidiano específico. São “(...) elementos que conferem um caráter particular ao espaço do bairro” e “(...) estão intrinsecamente ligados ao tipo de sociabilidade e de comunicabilidade que aí existe entre as pessoas (...)” (Caldeira, 1984, p. 120).

Entre diversas explicações sobre a formação de bairros periféricos há também aquela que justifica a existência da periferia como forma de solucionar o problema de habitação para os trabalhadores de baixa renda, em razão da deteriorização

⁴ Durham, 1986. Trata-se de um estudo realizado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1982, por um grupo de antropólogos da USP sobre a visão que moradores de periferia têm da sociedade, onde são traçadas algumas características gerais sobre estes locais e seus habitantes a partir das condições observadas em cidades de grande e médio porte.

das condições de vida ocasionada por um modo de produção que faz com que sejam perpetuadas as desigualdades sociais e a acumulação do capital.

Já no início de sua formação, a cidade de Londrina expande-se demográfica e economicamente com espantosa rapidez, permanecendo, porém, ainda dentro do espaço planejado pela CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná -, agente imobiliário e responsável pela colonização da região.⁵ Essa expansão se deu principalmente devido à atividade econômica cafeeira, transformando Londrina e outras cidades do território colonizado em importantes centros prestadores de serviços ao meio rural.⁶

No final de 1930, quando a Companhia deixa de ser a única empresa loteadora, começam a surgir ocupações de áreas que estavam fora do planejamento do grupo inglês, como a Vila Matarazzo, formada em 1937 (Adum, 1991). Segundo Razente (1982),

Trata-se do momento importante para a configuração do espaço urbano de Londrina. A quebra do monopólio na produção da terra, significa: a introdução de novos competidores no mercado; estabelecimento de uma taxa média de lucro no mercado fundiário; a localização espacial comandada pela pluralidade de agentes produtores do espaço; e a aparente perda do domínio de expansão da cidade (...). (Razente, 1982, p. 246)

Na década de 50, já eram incorporados à área urbana da cidade mais 67 novos loteamentos, provocando um crescimento acelerado, que gerou diversos problemas para o município. Segundo Adum (1991), esse processo acabou por acarretar

(...) uma ocupação do espaço sem qualquer critério estabelecido, sem técnicas, sem planos, isto é, sem qualquer conexão com a malha viária existente. Quer dizer, o crescimento do sítio urbano não foi acompanhado pela presença de equipamentos de consumo coletivo, que permitisse que a força de trabalho disposta nestes novos espaços fosse atendida (...). (Adum, 1991, p. 87).

A cidade de Londrina passa a sofrer alterações em sua estrutura urbana, não-condizentes com aquela imagem de cidade salubre, enfatizada pelos seus colonizadores (Silveira, 1997). Na verdade, torna-se explícita a ação do especulador imobiliário, que se enriquece com a venda de lotes urbanos aos migrantes que, expulsos, em maior número, do campo, chegam à cidade, ocupando os espaços de forma desordenada.

⁵ CTNP: empresa de caráter privado subsidiária da empresa inglesa "Paraná Plantation Ltda", sediada em Londres.

⁶ Sobre a história da formação do município de Londrina, temos à disposição uma rica e diversificada bibliografia especializada a qual procura mostrar, sob diferentes enfoques, tal processo. Entre diversos autores, temos ADUM (1991); CESÁRIO (1986); ALMEIDA (1997); ARIAS NETO (1998); RAZENTE (1982); SILVEIRA (1997); TOMAZI (1989), entre outros.

Para tentar ordenar a cidade, o poder público local implementou a primeira lei de zoneamento urbano, a Lei 133, de 1952, que apresenta, aliadas a medidas de profilaxia urbana, as diretrizes para a organização de loteamentos, construção de casas, arborização, construção de praças públicas, arruamentos, dentro de uma meta de crescimento a longo prazo.

Com essa lei, pretendeu-se dividir o espaço em zonas urbanísticas: residencial, comercial, industrial, ferroviária e rural. Porém, de acordo com Razente (1982), essa lei favoreceu a estratificação social, segregando o espaço em conformidade com as classes sociais que a ocupam. Dessa forma,

O ordenamento espacial entre os anos 50 e 60 representam estas novas preocupações com o espaço. De fato, o conjunto jurídico implicava até na diferenciação física dos lotes urbanos: maior área para a classe de maior renda; menor renda, menor disponibilidade de terra. (Razente, 1982, p. 264)

A partir da década de 70, a política habitacional adotada pelo Poder Público Municipal, aliada à iniciativa privada de loteamento de terrenos em torno do núcleo, ocupou-se em construir conjuntos habitacionais e em regularizar áreas urbanas invadidas, o que resultou no crescimento de áreas com características muito próximas às encontradas por Caldeira (1984) e Durham (1986) em suas pesquisas, as quais serviram de base para as discussões neste artigo. Ou seja, bairros periféricos distantes do centro da cidade, onde prevalecem a pobreza, a precariedade de recursos e infra-estrutura, bem como a segregação social e espacial, conferindo aos seus habitantes condições de existência muito semelhantes. Ainda segundo Razente (1982),

A periferia londrinense se define, assim, como espaços urbanos onde os chamados “serviços de urbanização” ainda não se mostram presentes, tanto ao nível individual quanto coletivo. São justamente estes espaços urbanos que estiveram abrigando a população migrante campesina. (Razente, 1982, p. 278).

Na rotina do dia-a-dia os moradores, ao usarem e percorrerem o bairro em que vivem, se apropriam desse espaço, privatizando-o. Nesse caso a relação social que predomina é a de vizinhança, ou seja, ao mesmo tempo que possui uma peculiaridade, esta caracteriza-se como uma sociabilidade com aspectos ambíguos, pois os indivíduos, não obstante viverem próximos uns dos outros, estão ao mesmo tempo distantes. Ou seja, apesar do vizinho não ser um desconhecido, não é tratado de maneira fraterna ou íntima, como ocorre entre membros de uma mesma família (Caldeira, 1984; Martins, 1999).

A tendência nas relações de vizinhança implica uma identificação dos indivíduos com o local onde moram, porquanto este torna-se importante referência em sua apresentação para o mundo (Martins, 1999). Há um “consenso operacional” que consiste num

(...) acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referente a quais questões, que serão temporariamente acatadas. Haverá também um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições de situação. (Goffman, 1985, p. 18)

Para entendermos o comportamento dos moradores de periferia, bem como a estruturação das relações sociais, nos remetemos ao estudo de Erving Goffman (1985) exposto na obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Esse autor utiliza a linguagem teatral para analisar os processos de interação social, acreditando que um sociólogo tem condições de compreender o padrão de interação de um grupo através da observação das desarmonias entre os atores que representam uma cena. Suas explicações demonstram que as relações sociais estão permeadas de uma “dramática atividade de simulação e teatralização”, possibilitando que seu significado seja produzido/reconhecido na interação social e que não ocasione descrédito para o sujeito. Assim, segundo esse autor, na vida em sociedade, os indivíduos estão sempre representando papéis de atores principais e de coadjuvantes.

Dessa maneira, os indivíduos estão, cotidianamente, se identificando através de um sistema de interação construído em ambientes de pequena escala (grupos de parentesco, vizinhança, família, entre outros) e construindo sua existência social. Pensando, portanto, tanto nas circunstâncias mais específicas quanto nas mais gerais da reprodução da vida social, podemos entender tal com Heller (1989) que o cotidiano implica um “(...) conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social” (Heller, 1989, p. 19). Essa autora entende a vida cotidiana como a vida do “homem inteiro”, visto que o homem participa na vida cotidiana com todos os elementos de sua individualidade e de sua personalidade. Porém, apesar de se tratar da vida do indivíduo, Heller chama a atenção para o fato de este indivíduo ser, ao mesmo tempo, um “ser particular” e um “ser genérico”, isto porque o sujeito da vida cotidiana é um ser humano que age como uma totalidade (Heller, 1989; Granjo, 1996).

Ao discutir esses autores, a intenção, no presente, é chamar a atenção para a necessidade de considerar que é no cotidiano que os indivíduos vivem, estruturam uma determinada sociabilidade, constroem suas identidades e desempenham papéis. É através do cotidiano que valores são compartilhados de uma maneira que parece “natural”, pois não se trata de padrões, ou normas, que são conscientemente determinados por cada um e, sim, justamente reiterados no dia-a-dia (Caldeira, 1984). Assim, os estilos de vida e papéis observados no cotidiano são apresentados como fragmentos e tarefas que se executam de maneira quase automática. Dessa forma, o cotidiano acaba se tornando uma vivência de um “outro tempo”, que definitivamente não é aquele que prevalece e que é valorizado em nossa sociedade, pois que, como afirma Lefebvre,

O cotidiano é o humilde e o sólido, o que se dá por suposto, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam em um emprego do tempo. E isso sem

que alguém (o interessado) tenha que examinar as articulações dessas partes. É o que não leva data. É o insignificante (aparentemente); ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, ética subjacente ao emprego do tempo, estética da decoração do tempo empregado. (Lefebvre, 1972, p. 36)

Enquanto a noção de tempo que prevalece no cotidiano é repetitiva e cíclica, uma vez que se inicia, termina e recomeça da mesma forma, acabando por não possuir profundidade – não tem nem passado nem futuro –, nas sociedades contemporâneas temos a noção de um tempo linear (Caldeira, 1984). Elias (1998), em sua obra *Sobre o Tempo*, ao propor uma análise de como se estruturam e se direcionam as mudanças ocorridas através da experiência humana acerca do que chamamos de “tempo”, considera que

(...) a percepção do tempo exige centros de perspectiva – os seres humanos – capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos A, B e C, estejam presentes em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos. Ela pressupõe seres dotados de um poder de síntese acionado e estruturado pela experiência. Esse poder de síntese constitui uma especificidade da espécie humana.(...) É nessa capacidade de aprender com experiências transmitidas de uma geração para outra que repousam o aprimoramento e a ampliação progressivos dos meios humanos de orientação, no correr dos séculos.(...) É essa função de meio de orientação que hoje concebemos e experimentamos como sendo o ‘tempo’. (Elias, 1998, p. 33)

A temporalidade é, então, uma questão primordial na discussão sobre o cotidiano, assim como também a sua estruturação espacial.⁷ Porém, não constitui objetivo deste artigo aprofundar esses aspectos, visto que nossas discussões acentuam a compreensão das redes de sociabilidade estruturadas no cotidiano. Ou seja, como esse processo se realiza de uma maneira não consciente através das relações sociais estabelecidas no local de moradia, conferindo aos habitantes da periferia um jeito de ser e viver, diferente de outros locais da cidade (Durham, 1986).

A ênfase, portanto, está na participação do “homem comum”, portador de um “senso comum”, e considerado como um agente da dinâmica social apesar de imerso numa cotidianidade (Martins, 1998, 1999). Aquele homem de carne, osso e sonhos que, compelido pelas circunstâncias, age no sentido de procurar obter o que

⁷ Tempo e espaço constituem dimensões indispensáveis à análise do cotidiano. Em termos gerais, existem diferentes tempos sociais que são distintos do tempo biológico e psíquico, assim como o espaço social é distinto do geométrico, geográfico e econômico: “A vida cotidiana parece estar, na verdade, estruturada por ciclos: ciclo diário, semanal, anual, das estações (esse principalmente para o camponês), ciclos de emprego, de desemprego, de saúde/doença, de juventude, de velhice, de renovação de gerações, etc. em razão dos ciclos, as pessoas e os grupos se organizam e se previnem, suas vicissitudes, práticas, resignações e confiança colaboram para criar um modo de vida” (Berteaux apud Tedesco, op.cit., p. 180).

falta a ele, ou seja, aquilo que faz parte das suas “necessidades básicas”, tanto de natureza material (abrigo, alimentação, vestimentas) quanto não-material, pela natureza qualitativa de sua satisfação (Martins, 1998).

Heller (apud Granjo, 1996), ao desenvolver a “Teoria das Necessidades Radicais”, enfatiza justamente a natureza qualitativa dessas necessidades na modernidade, demonstrando que “(...) o que distingue as necessidades radicais é o fato de representarem a singularidade e idiosincrasia de pessoas e comunidades” (Heller apud Granjo, 1996, p. 59). Porém, nas sociedades atuais essas necessidades ainda não podem ser satisfeitas totalmente, uma vez que temos uma sociedade superordenada, onde impera a subordinação.⁸

Ainda, segundo Heller (apud Granjo, 1996), as necessidades radicais não substituem estas outras necessidades relativas a elementos materiais, antes as contrabalançam. E para esta autora, somente quem possui necessidades radicais pode desejar a transformação de sua vida. São necessidades que “(...) ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana.” (Martins, 1998, p. 6) E é só para quem a vida cotidiana se tornou insuportável que isso se torna possível, pois esta vida já não pode mais ser manipulada.

Por isso, pretendo, durante a pesquisa efetuada no Jardim União da Vitória, fazer com que a análise do cotidiano de seus moradores seja realizada tal como Martins (1997) e Caldeira (1984) propõem, ou seja, pretendo observar “de perto” esse cotidiano, vivenciando, na medida do possível, o dia-a-dia das pessoas do local, estando junto a elas, em suas residências, pelas ruas dos bairros, nas festividades, etc. De acordo com Martins (1992),

A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola. Por isso, é quase uma história intimista, de vizinhanças e pequenos grupos (...) implica em lidar com o tempo numa escala muito fragmentária, o que impõe ao pesquisador a preocupação com o detalhe e a minúcia. (Martins, 1992, p.19)

Pretendo, enfim, seguir sobretudo a linha de uma análise “microscópica”, como nos orienta Geertz (1989), trabalhando com as informações obtidas através de inúmeras conversas com estas pessoas e, também, com as impressões que ficaram, procurando registrar o maior número possível de acontecimentos, mas tendo sempre em mente que o pesquisador não passa de um “outro”, um alguém “de fora” e que os moradores têm plena consciência desta distinção (Caldeira, 1984).

Na realidade, um dos grandes desafios teóricos que estudos do cotidiano nos impõe, consiste em conseguir transitar entre a parte e o todo, descobrir o todo

⁸ Heller se refere aqui ao sujeito da história não mais necessariamente como o proletariado, e sim como todo o grupo portador de necessidades radicais. Para a autora, a construção do paraíso é impossível e, dessa forma, não acredita que o sistema socioeconômico da modernidade tenha condições de ser negado por completo e enfim substituído por uma situação em que haja liberdade e onde não exista hierarquia de dominação ou conflitos sociais. O que poderia ser feito, no entanto, é a melhoria das condições socioeconômicas, constituindo, pelo menos, uma diminuição da distância entre as necessidades e a possibilidade de sua satisfação (Granjo, 1996).

na parte. Consiste, fundamentalmente, em “(...) articular um saber que fundamente e, ao mesmo tempo, supere os limites do ‘aqui e agora’, dos pares de oposição micro/macro, local/global” (Azanha apud Tedesco, 1999, p. 196).

Nesse sentido, torna necessário tomar como ponto de partida o sujeito que, mesmo enquanto um ser particular, individual, com relações próximas, regulares, intensivas, fixas ou mutáveis etc., tem os grandes dispositivos sociais presentes em sua vida. O que significa considerar que o lado sensível e prático das relações sociais, do que é vivido e concebido, a subjetividade, as representações e as imagens, mas sem deixar de lado uma perspectiva crítica, ou seja, a historicidade e o contexto mais amplo (Tedesco, 1999).

Por isso, a importância de, ao se estudar a vida cotidiana, analisar as situações, os fragmentos e fatos que a caracterizam, visando apreender nestes a expressividade de elementos que sejam totalizantes, pois como já foi explicitado, “(...) a vida cotidiana é a vida do homem inteiro” (Heller, 1989, p. 17), no sentido de que no cotidiano o homem está presente com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade. É onde se coloca “em funcionamento” todos os seus sentidos, seus sentimentos, suas capacidades intelectuais, paixões, idéias e ideologias.

PESQUISA DE CAMPO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE CONHECIMENTO

A presente pesquisa, ao articular as dimensões cotidiano, sociabilidade, estratégias de sobrevivência e periferia, me fez deparar com inúmeras questões empíricas ainda pouco conhecidas para um iniciante em pesquisa de campo. Não somente aos contatos com a realidade mas, também, aos problemas que envolvem a relação pesquisador e informantes, bem como ao processo de observação e coleta de dados. Afinal, minha opção representava um desafio metodológico, ou seja, elaborar análises a partir de “interpretações”, tendo como fundamento e sob constante consulta as discussões teóricas sobre “cotidiano” e “sistemas simbólicos”. Como bem alerta Tedesco (1999) este é ainda um campo teórico em construção e, por isso, ainda movediço para as Ciências Sociais.

Conforme Brioschi & Trigo (1989), o trabalho do cientista social implica justamente analisar, interpretar os fatos e dar sentido às visões fragmentadas dos indivíduos que nos fornecem entrevistas, a partir de um determinado referencial teórico conhecido pelo pesquisador. Nas narrações dos entrevistados é onde estão contidas as possíveis informações que o pesquisador necessita. Porém, estas, por si só, não respondem diretamente à questão da pesquisa, pois entendo que os discursos possuem várias direções, não sendo possível, portanto, encerrar uma única análise, ainda mais considerando que na vida cotidiana os indivíduos interpretam acontecimentos e não constroem, necessariamente, um sistema explicativo global e coerente a respeito de sua vida e de seu mundo (Caldeira, 1984).

As visões que os indivíduos possuem da sociedade são fragmentadas, assim como o próprio cotidiano na modernidade. A fragmentação, a heterogeneidade de papéis e de experiências de vida assim como a crescente divisão do trabalho, entre outros, são as características principais desse cotidiano (Caldeira, 1984).

Segundo Caldeira (1984), devido ao inquestionável dinamismo e movimento do mundo social, a interpretação dos discursos indicam vários caminhos, várias entradas. Para essa autora, tratam-se de pedaços que formam tais discursos, só que estes pedaços não são peças de um quebra-cabeças. Parecem mais um caleidoscópio que, dependendo do movimento, as figuras que se formam tornam-se diferentes. Nossa sociedade “está sempre em movimento, produz o tempo todo novos discursos e práticas, novas articulações que repercutirão socialmente com menor ou maior intensidade (...)” (Caldeira, 1984, p. 286).

Magnani (1986), também revela essa preocupação com análises que privilegiavam discursos e narrativas de informantes.⁹ Em suas discussões acentua que nem sempre o que estes “dizem” é expressão do que “fazem”. Melhor dizendo, “(...) discurso e prática não são realidades que se opõem, um operando por distorção com respeito a outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado” (Magnani, 1986, p. 140).

Na presente pesquisa percebo, portanto, a necessidade de se obter informações a partir de diferentes fontes, além dos depoimentos dos próprios moradores do Jardim União da Vitória, tais como: observação direta – que significa estar presente tanto quanto for possível no local onde se empreende a pesquisa –, dados estatísticos e informações oficiais coletados em instituições, fontes documentais (arquivos, jornais, entre outros), que permitam conhecer as circunstâncias políticas, jurídicas, sociais e econômicas da formação do bairro, quem são seus moradores, por quais processos passaram até obterem a regularização dos loteamentos e infra-estrutura, quais as relações com o poder público local, etc.

Nesse sentido, assumo que a experiência de pesquisa supera aquele modelo o qual supõe a neutralidade do pesquisador perante seu objeto de estudo. Como diz Cardoso (1986), a capacidade de se surpreender deve ser inerente ao trabalho do cientista. Em relação às entrevistas, particularmente, deve-se levar em conta que “(...) a situação de entrevista supera o distanciamento inerente à observação positivista substituindo-a pela relação de comunicação entre entrevistador e entrevistado” (Brioschi & Trigo, 1989, p. 41).

Desde a coleta de dados existe um processo de comunicação e interação social que, segundo essas autoras, deve ser problematizado e questionado (o que pode superar a idéia de neutralidade científica). Assim, a “situação de entrevista” é uma relação social que varia segundo as circunstâncias, sendo determinada, de alguma maneira, pela interação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Esse

⁹ Magnani aponta Malinowski, quando este analisa as crenças dos trobriandeses nos baloma, espíritos dos mortos, em Kiriwina, como sendo um “mestre do ofício”, ao perceber a necessidade de se ater a outros elementos da vida social além dos discursos dos informantes.

processo “(...) é fundamental para a construção do objeto de conhecimento” (p.41), objeto este que é ainda obscuro no início da investigação devendo, por isso mesmo, fazer parte do trabalho que o pesquisador empreende.

As observações de Cardoso (1986) também caminham nesse sentido. Para essa autora, a interpretação construída está relacionada às condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram. Além disso, a coleta de dados não pode ser encarada como mera acumulação de informações, e sim uma combinação com a reformulação de hipóteses quando, por exemplo, se descobrem novas pistas que acabam sendo incorporadas, alimentando novas entrevistas. Ainda, segundo essa autora, nas investigações “(...) o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário” (Cardoso, 1986, p. 140). São estes processos que precisam ser considerados, bem como ter clara a importância da subjetividade em todo o processo de pesquisa. Sendo assim, o relato que o entrevistado faz de sua vida não é o que constitui o objeto de estudo sociológico, e sim as relações nas quais este indivíduo se encontra inserido. Isso significa que examinar a “situação de entrevista” pode proporcionar preciosas pistas para a análise de todo o material coletado. Nesse sentido, a construção do objeto de conhecimento passa a ser uma constante no percurso da pesquisa, podendo sim ser desvelado pela interpretação e compreensão. Conforme Bourdieu (1989),

(...) a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural (...), é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas (...). (Bourdieu, 1989, p. 26-27)

Bourdieu, em outra obra, *A Miséria do Mundo* (1998), chama a atenção para a importância do olhar compreensivo sobre depoimentos concedidos à pesquisadores que procuram investigar as existências e dificuldades de viver de pessoas comuns. Tal atitude não implica deixar de lado as exigências do método científico. Ainda, segundo esse autor, é impossível não se sentir inquieto ao recolher e divulgar confidências. Como tratá-las, como evitar qualquer intervenção por parte do pesquisador? Ainda, não devemos deplorar, nem rir e muito menos detestar, e sim compreender. “A intervenção do analista é tão difícil quanto necessária: ela deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para fazer-se esquecer” (Bourdieu, 1989, p. 10).

A partir dessas preocupações, torna-se importante relatar e discutir algumas questões que surgiram durante minha pesquisa de campo. Apesar de deparar com diferentes histórias de vida no Jardim União da Vitória, percebi que os moradores deste bairro acabam vivenciando uma experiência comum, no que se refere aos problemas com moradia, com a falta de infra-estrutura (decorrente de novas invasões), desemprego, criminalidade, rendimentos bastante restritos, ou até mesmo a falta absoluta de rendimentos, entre outros.

Enfim, a pesquisa de campo sempre me colocava diante de inúmeras informações e detalhes que me surpreendiam. O que me levou a ter clareza de que toda a coleta de dados é sempre intensa, contínua, pois surgiam, a cada vez que comparecia no local, novos e instigantes elementos que pensava serem úteis para a pesquisa. São informações, observações, impressões e intuições. Como lidar com todo esse “arsenal”? Como lidar com a presença marcante da subjetividade?

Estas questões, mesmo já dispondo de algum referencial teórico-metodológico, me levaram a perceber a necessidade de se ter o máximo de precaução em minhas análises. Pois não se tratava de realizar uma simples “tradução” da visão de mundo e das categorias dos informantes, como bem salientam Brioschi & Trigo (1989), tendo em vista que o perigo seria o de realizar a substituição de uma visão particular da sociedade por outra, sem atingir um conhecimento mais abrangente. Ou seja, não conseguir articular dados empíricos localizados com as formas mais gerais da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda não foi possível obter respostas, mesmo que parciais, aos questionamentos colocados no início deste artigo, devido ao fato de se tratar de uma pesquisa em andamento.¹⁰ Apesar disso, certamente existem indícios, a partir de depoimentos de alguns informantes residentes no Jardim União da Vitória e pelo que foi observado direta e indiretamente da vida cotidiana do bairro em questão. Se por um lado, os indivíduos se identificam com o local de moradia, através de uma interação social estruturada em ambientes de pequena escala (grupos de parentesco, relações de vizinhança, e de amizade), por outro lado, numa escala maior, constatamos que a construção de sua existência social é realizada cotidianamente, através do trabalho e relações fora do bairro.

Assim podemos nos reportar a Heller, quando define a vida cotidiana como “(...) o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social”. (Heller, 1989, p. 19).

Porém, não sendo viável essa reprodução, Martins (1998) afirma que é este o momento em que se instauram a invenção, a ousadia, o atrevimento e a transgressão, já que é quando há rupturas do cotidiano. Assim, a transformação da vida destes indivíduos poderia ser efetivada pois, como já foi dito anteriormente, só quem tem “necessidades radicais”¹¹ pode desejar e fazer tal transformação.¹²

¹⁰ Como já foi dito anteriormente, esta pesquisa referente à elaboração da dissertação de Mestrado, iniciada em agosto de 2001, com previsão para conclusão em junho de 2003.

¹¹ Termo utilizado por Agnes Heller (apud Granjo, *op.cit.*) para indicar a necessidades de elementos qualitativos da vida social.

¹² Com essa visão acerca dos momentos de rupturas do cotidiano, Heller (apud Granjo, 1996) e Lefebvre (1991) também apontam para os momentos de criação que se instauram. Ainda segundo Heller, as necessidades radicais

Não há indícios sobre qualquer transformação social mais significativa, porém, é possível verificar nas estratégias adotadas por alguns grupos domésticos que, embora de maneiras diferentes, todos aspiram e procuram meios de obter aquilo que necessitam. São estratégias montadas na vivência do dia-a-dia, quando surgem as carências imediatas. Assim, podemos afirmar como Martins, que

(...) o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais. (Martins, 1998, p. 2)

Este autor se refere, portanto, ao homem comum, portador de um senso comum. Mas esclarece que este senso não é comum por que é banal, destituído de verdade ou repleto de equívocos e, sim, por se tratar de um conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Esse conjunto de anônimos forma a base da sociabilidade moderna. Daí o interesse sociológico por estudos sobre a vida cotidiana na atualidade. Martins ainda propõe trazer para as Ciências Sociais, "(...) a realidade de um mundo ocultado pelas grandes categorias explicativas e pelas grandes abstrações (...), o drama e a trama da sociabilidade dos simples." (Martins, 2000b, p. 135). Portanto, sua proposta metodológica e teórica baseia-se na observação da sociedade a partir da margem, (...) do mundo cinzento daqueles aos quais as contradições da vida social deram a aparência de insignificantes e que como insignificantes são tratados pela ciência. E, no entanto, se movem..." (Martins, 2000b, p. 135).

Naquele bairro encontram-se indivíduos que lidam com rígidas restrições orçamentárias, falta de alimentos, de remédios e de vestimentas; problemas com a precariedade de suas moradias, com a infra-estrutura nos bairros e com a regularização dos lotes junto à Prefeitura tendo, em seu dia-a-dia, a dura tarefa de criar meios para sobreviver. Mas, há também aqueles que, aos poucos, conseguem superar todas estas dificuldades, passando, assim, a almejar outras. Portanto, apesar da precariedade em que vivem, esses indivíduos buscam meios para obter aquilo que necessitam, através de estratégias montadas em suas práticas sociais e cotidianas.

Não obstante a atuação do poder público local, através da Secretaria de Ação Social e também das diversas entidades comunitárias organizadas no bairro, é evidente que não se atende a todos.

O que se verifica nesse bairro e que talvez esteja se generalizando nas demais periferias de qualquer cidade de grande ou médio porte é que a margem deixada para a "vida" e para a "beleza" é muito estreita. Este "homem comum", cuja voz é insistentemente calada, trava em seu cotidiano uma luta ininterrupta para suprir carências materiais imediatas. Nessa "práxis utilitária" acrescida de senso

às quais se refere, são assim denominadas porque não podem ser satisfeitas sem profundas transformações sociais (Martins, 2000a).

comum, esse homem se vê capaz de orientar-se no mundo, porém não compreende a realidade como um todo. Trata-se, portanto, de uma “práxis fragmentada” (Kosik, 1976, p. 10). E é nesta brecha que pretendemos nos introduzir, a fim de investigar e obter respostas para nossas questões, ou seja, como os moradores do Jardim União da Vitória explicam a realidade social que vivenciam, o que priorizam no presente e o que pensam do futuro.

Enquanto isso, percebo que, por mais que esse indivíduos temam a perpetuação da miséria, em determinados espaços e circunstâncias no bairro, pulsa a vontade de viver e sobreviver, ultrapassando os limites impostos pela situação socioeconômica em que vivem. Nesse sentido, o local de moradia emerge ao mesmo tempo como espaço de “sobrevivência” e de construção de identidades individuais e coletiva. Porém, esta é uma questão que poderá ser discutida em outro tempo e em outro lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUM, Sônia. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960*. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRIOSCHI, Lucila R.; TRIGO, Maria Helena B. *Família: representação e cotidiano, reflexão sobre um trabalho de campo*. São Paulo: CERU/CODAC/USP, 1989. (Coleção Textos, série 2, n. 1). 94 p.
- CALDEIRA, Tereza P. do R. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALVINO, Italo. *O caminho de San Giovanni*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: — (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95–105.
- _____. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 84-99, jun. 1986.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: as relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRANJO, Maria Helena B. *Agnes Heller: filosofia, moral e educação*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HELLER, Ágnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1972.
- MAGNANI, José Guilherme C. Discurso e representação, ou de como os baloma de Kiriwina podem

reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 127-140.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, p. 268-278, jan./abr. 2000a.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000b.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. *Revista Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, p. 1-8, maio, 1998.

_____. *Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAZENTE, Nestor. *Ocupação do espaço urbano de Londrina*. Recife, 1982. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. *As Associações de Moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania (estudo sobre o movimento de Associações de Moradores de Londrina)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

Abstract: *This paper refers to a research about the organizing of nets of sociability among the people from Londrina's outskirts. My intencion is to emphasize how these dimension sociability and daily life, come up as important sociological categories in studies about the outskirts.*

Keywords: *daily life, sociability, outskirts.*